

Combater a fraude em democracia

Quando há fraudes de alguns, quem paga as consequências somos todos nós (via insegurança e instabilidade, preços e impostos pagos, por exemplo).



Carlos Pimenta

Na crónica «Especialista em investigação da fraude» chamámos à atenção para a importância desta profissão na sociedade contemporânea em resultado da complexidade do combate à fraude (pela diversidade dos factores influenciadores e formas do seu processamento, aconselhando acções interdisciplinares, que tornam cada fraude específica, embora tipificável; pelas diferenças da prevenção, detecção e recolha de provas; pela exigência de um conhecimento aprofundado sobre a fraude – bem diferente dos chamados «crimes de rua» – cada vez mais sofisticada e resultante do crime organizado) e da importância da fraude e corrupção na sociedade contemporânea.

Se alguns movimentos sociais actuais demonstram a sensibilidade das populações a alguns tipos de fraude (como, por exemplo, a corrupção política), convém lembrar que tal só se poderá processar numa sociedade democrática, onde o jornalismo tenha a capacidade de intervir e alertar, onde a sociedade civil faça ouvir o seu querer e seja capaz de lutar pelo que frequentemente se designa por transparência, onde a investigação judicial e os tribunais usufruam da sua autonomia de actuação.

Sem liberdade a percepção da fraude pode diminuir, mas ela continua a existir e tem mais potencialidades de ampliação. A democracia é um eficaz antídoto, tanto maior quanto a possibilidade de participação de todos nós.

Se em democracia sentimos que não “temos controlo sobre as nossas vidas”, o que “é uma necessidade humana fundamental”, se há alguns políticos defraudadores (tal como na sociedade em que a maioria é honesta), se há frequentemente “promiscuidade entre a classe po-

lítica e os seus amigos da banca” ou “outros interesses instalados” em detrimento da generalidade da sociedade e do «interesse público», é porque, como diz Manuel Arriaga, “as nossas democracias não estão a funcionar e precisamos de recuperar o controlo sobre o nosso futuro”, tornar a democracia representativa muito mais que eleições, o que passa também, por “questionarmos, cada vez mais, qual é o [seu] verdadeiro significado”. É necessário redefinir o «interesse público», “aumentar o controlo dos cidadãos sobre o seu governo”, em especial, e sobre o Estado, em geral.

Também nesta intervenção cívica os especialistas em combate à fraude têm uma importante acção a desempenhar. Quando há fraudes de alguns, quem paga as consequências somos todos nós (via insegurança e instabilidade, incerteza sobre o futuro, preços e impostos pagos, por exemplo).